

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE SERVIDORES ESTATAIS E PÚBLICOS OCORRIDO ENTRE 2003 E 2015.

REQUERIMENTO Nº , de 2015

Do Sr. Sérgio Souza

Requer que seja realizada diligência *in loco* por esta Comissão Parlamentar de Inquérito ao fim de averiguar a real situação da Usina Canabrava, em especial no que diz respeito à geração de emprego, produtividade, dentre outros aspectos relatados pelo Sr. Ludovico Tavares Giannattasio quando prestou seu depoimento perante esta Comissão.

Senhor Presidente,

Venho respeitosamente, com fundamento no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº1579/52; e no art. 36, inc. II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; apresentar REQUERIMENTO, a ser submetido aos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que seja realizada diligência *in loco* por esta Comissão ao fim de averiguar a real situação da Usina Canabrava, em especial no que diz respeito à geração de emprego, produtividade, dentre outros aspectos relatados pelo Sr. Ludovico Tavares Giannattasio quando prestou seu depoimento perante esta Comissão.

JUSTIFICATIVA

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para investigar indícios de má gestão de recursos financeiros de Entidades Fechadas de Previdência Complementar no período de 2003 a 2015.

Dentre os diversos investimentos malsucedidos e que possivelmente ocorreram de forma, no mínimo, temerária e imprudente, desponta o investimento no Fundo de Investimento Bioenergia – FIP estruturado para alavancar a Usina Canabrava, no estado do Rio de Janeiro.

Quando ouvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. *Ludovico Tavares Giannattasio* prestou as seguintes informações sobre a Usina Canabrav:

O SR. LUDOVICO TAVARES GIANNATTASIO - ...Comecei esse projeto da usina em Campos baseado em um incentivo fiscal tributário que o Governo do Estado do Rio de Janeiro concedia para quem levasse novas indústrias para o norte fluminense. A região do norte fluminense de que estamos falando tem o pior IDH do Estado, um dos três piores do Brasil. Então, temos de ter essa premissa. Esse projeto gera 1.200 empregos com carteira assinada; tem autorização para produzir o equivalente a 15% do consumo de etanol do Estado do Rio de Janeiro; tem uma termoeletrica de 44 megas, registrada pela ANEEL, que equivale à produção de uma cidade de 200 mil pessoas. A empresa, nos últimos anos, plantou 5 mil hectares de área útil de terra de cana-de-açúcar. Esses, basicamente, são os grandes números que nós temos do projeto.¹

No entanto, a despeito das informações acima transcritas e outras referidas pelo próprio Sr. *Ludovico Tavares Giannattasio* quando de seu depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito – declarações feitas sob juramento, frisa-se –, há relatos e informações passadas a alguns membros desta Comissão de que a realidade não é aquela relatada pelo depoente. Desse modo, diante da gravidade dos relatos e da seriedade com que a situação se apresenta a esta relatoria, faz-se necessário a realização da diligência pretendida para regular apuração dos fatos.

Com amparo em tais argumentos é que se conclama o Plenário deste elevado Colegiado a sufragar o requerimento ora apresentado.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 2015.

Dep. Sérgio Souza
PMDB/PR

¹ Nota Taquigráfica de 08/12/2015, pág. 02-03.